



Revista de PROCESSO

Ano 32 • n. 149 • jul. / 2007

Coordenadora

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

Publicação oficial do

Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA sob n. 11 (Portaria 8/90); pelos TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, da 1.ª Região (Portaria 2, de 06.06.1992, *DJU* II de 17.06.1992, p. 17.850), da 4.ª Região (Portaria 1, de 20.05.1997, *DJU* II, de 27.05.1997, p. 38.103); da 5.ª Região (*DJU* II, de 15.08.2003, p. 1.123); pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Portaria 01955, de 31.10.1997, *DJ* de 24.11.1997); e pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, (Extrato de Convênio 09/2005)

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Natureza jurídica do prazo para impetração do mandado de segurança
Guilherme Freire de Barros Teixeira 11
2. Lei 11.232/2005: possibilidade de haver sentença executiva nos casos de obrigação pecuniária?
Marcos Nassar 29
3. Segurança jurídica e fundamentação judicial
Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar 52
4. Controle e verificação do juízo de fato no julgamento singular, no apelarional e no revisional
Gabriel Pintaúde 71
5. Subsídios para a ação coletiva passiva brasileira
Nelson Rodrigues Netto 79

II. ATUALIDADES NACIONAIS

1. Direito fundamental ao julgamento definitivo da parcela incontroversa: uma proposta de compreensão do art. 273, § 6.º, CPC, na perspectiva do direito fundamental a um processo sem dilações indevidas (art. 5.º, LXXVIII, CF/88)
Daniel Mitidiero 105
2. Um novo conceito de sentença?
Bruno Silveira de Oliveira 120
3. Cumprimento de sentença: comentários sobre a Lei 11.232/2005
Hugo Filardi 139
4. Da legitimidade ativa da Defensoria Pública na ação civil pública
Daniele Regina Marchi Nagai Carnaz 157

III. ATUALIDADES INTERNACIONAIS

1. Ação de incumprimento: da cooperação institucional a um instrumento processual
Jânia Maria Lopes Saldanha e Silvine Meneghetti de Freitas 169

IV. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. A arguição de descumprimento de preceito fundamental como medida processual para a defesa da Constituição sob o enfoque da jurisprudência do Superior Tribunal de Federal
Ana Carolina Couto Matheus..... 185
2. Interpretação do art. 475-J do CPC a partir de julgados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina
Sérgio Biava Júnior 203

V. JURISPRUDÊNCIA

Íntegra

1. Supremo Tribunal Federal
Competência – Mandado de segurança – Impetração contra ato emanado de Turma Recursal de Juizado Especial – Incompetência do Supremo Tribunal Federal para processamento do feito – Julgamento afeto à própria Corte Especializada – Remessa dos autos ao juízo competente que se impõe – EDcl no MS 25.087-9/SP – Tribunal Pleno – STF – v.u. – rel. Min. *Carlos Ayres Britto*..... 213
2. Superior Tribunal de Justiça
Mandado de segurança – Impetração contra decisão de relator que determina a conversão de agravo de instrumento em agravo retido – Admissibilidade – Nova disciplina imposta pela Lei 11.187/2005 ao agravo de instrumento que tornou tal espécie de *decisum* irrecorrível – Circunstância que torna viável a utilização do remédio heróico – RMS 22.847/MT – 3.ª T. – STJ – v.u. – rela. Ministra *Nancy Andrighi*..... 219
3. Tribunal Regional Federal da 1.ª Região
Embargos à execução – Prazo – Defesa que deve ser apresentada no lapso de dez dias, contados da juntada aos autos da prova da intimação da penhora – Informação obtida em sistema informatizado de consulta processual, via Internet, que não se presta para dar início à contagem de prazo processual – Inteligência do arts. 738 e 739 do CPC – ApCiv 2005.33.00.024212-6/BA – 5.ª T. – TRF-1.ª Reg. – maioria – rel. Des. Federal *João Batista Moreira*..... 230
4. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região
Decadência – Ação rescisória – Prazo decadencial de dois anos contados do trânsito em julgado da decisão que visa a desconstituir; Ação rescisória – Violação a literal dispositivo de lei – Ocorrência – Decisão que adota entendimento diverso em relação a expressão contida em artigo de lei declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal – AR 2003.04.01.008593-3/PR – 3.ª Seção – TRF-4.ª Região – v.u. – rel. Des. Federal *Luis Alberto d’Azevedo Aurvalle*..... 233

5. Tribunal Regional Federal da 5.^a Região

Tutela antecipatória – Pedido formulado por associação em nome de seus associados – Legitimidade – Inteligência do art. 5.º, XXI, da CF; Tutela antecipatória – Pedido formulado por associação em nome de seus associados – Eficácia subjetiva da decisão que abrange somente os associados substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator – Inteligência do art. 2.º-A da Lei 9.494/97; Tutela antecipatória – Pagamento de vantagem econômica em parcela única – Inadmissibilidade – Hipótese em que a antecipação pode causar perigo de irreversibilidade – Inteligência do art. 273, § 2.º, do CPC; Agravo – Interposição contra simples ameaça de aplicação de multa pelo descumprimento da decisão, sem que tenha ocorrido a cominação da sanção – Inadmissibilidade – AgIn 2003.05.00.020726-6/PE – 2.^a T. – TRF-5.^a Reg. – v.u. – rel. Des. Federal José Baptista de Almeida Filho..... 237

6. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Execução – Sociedade comercial – Ação dirigida contra os sócios da pessoa jurídica – Admissibilidade somente quando comprovado que a empresa não possui bens passíveis de execução – ApCiv 2000.0093.4782-9/1 – 2.^a Câ. Civ. – TJCE – v.u. – rel. Des. Ademar Medes Bezerra..... 240

7. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Execução por quantia certa – Título executivo judicial – Devedor solvente – Petição inicial protocolada antes da vigência da Lei 11.232/2005 – Inaplicabilidade da novel legislação; Execução de sentença – Multa – Pagamento não efetuado no prazo de 15 dias – Aplicação do art. 475-J do CPC – AgIn 383.399-4 – 7.^a Câ. Civ. – TJPR – v.u. – rel. Des. José Maurício Pinto de Almeida..... 243

VI. CONFERÊNCIAS

1. Súmulas vinculantes e a teoria dos sistemas sociais
Francisco Carlos Duarte..... 249

VII. ESTUDO DE CASO

1. Ilegitimidade de ex-acionistas majoritários e de controladores indiretos de instituição financeira submetida a regime de liquidação extrajudicial para demandar responsabilidade do Bacen e de adquirente do acervo daquela instituição, em favor da respectiva massa liquidanda
Alberto Nogueira Júnior..... 271

VIII. PARECER

1. Natureza de título judicial de decisão que homologa transação. Regra geral. Exceções
Teresa Arruda Alvim Wambier 289

IX. TRABALHOS FORENSES

1. Execução de suspeição do perito judicial. Termo *a quo* para sua interposição e taxatividade das hipóteses legais de sua incidência. Realização de segunda perícia apenas quando demonstrada a omissão ou mesmo inexatidão da primeira prova pericial realizada
Flávio Cheim Jorge e Christina Cordeiro dos Santos 305
2. Ação rescisória. Antecipação de tutela. Erro de fato. Sua caracterização diante de fatos constantes dos autos (lançamentos de débitos identificados) e cuja apreciação, pelo órgão judicial, alteraria o resultado do julgamento
Evaristo Aragão Santos 316
3. Contestação. Ilegitimidade de passiva *ad causam* do Estado, devendo a demanda que impugna recomendações do Ministério Público para que municípios se abstenham da prática de nepotismo ser proposta em face do Ministério Público
Leonardo José Carneiro da Cunha 328

X. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. A escorreita feição dos embargos declaratórios: breves considerações
Bruno Campos Silva 333
2. Imparcialidade e imparcialidade. Por uma teoria sobre repartição e incompatibilidade de funções nos processo civil e penal
Antonio Cabral 339

XI. RESENHAS

1. ARRUDA, Samuel Miranda. *O direito fundamental à razoável duração do processo*. Brasília: Brasília Jurídica, 2006 – resenha por
Teresa Arruda Alvim Wambier 365
2. JORGE, Flávio Cheim. *Teoria geral dos recursos cíveis*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007 – resenha por
Teresa Arruda Alvim Wambier 367
3. LAMY, Eduardo de Avelar. *Princípio da fungibilidade no processo civil* – resenha por
Teresa Arruda Alvim Wambier 368
4. MITIDIERO, Daniel. *Processo civil e estado constitucional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado – resenha por
Teresa Arruda Alvim Wambier 369
5. CALMON, Petrônio. *Fundamentos da mediação e da conciliação*. Rio de Janeiro: Forense, 2007 – resenha por
Luiz Rodrigues Wambier 370

6. CALMON, Petrônio. <i>Comentários à Lei de Informatização do Processo Judicial</i> . Rio de Janeiro Forense, 2007 – resenha por Luiz Manoel Gomes Junior	373
7. ALBUQUERQUE, Pedro de. <i>Responsabilidade processual por litigância de má-fé, abuso de direito e responsabilidade civil em virtude de actos praticados no processo</i> . Coimbra: Almedina, 2006 – resenha por Luiz Manoel Gomes Junior	375
XII. RESUMOS.....	377
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	383
CONSELHEIROS HOMENAGEADOS	393
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	395